

**RE nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.551 - AM
(2017/0328859-4)**

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
RECORRENTE : DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS : KEYTH YARA PONTES PINA E OUTRO(S) - AM003467
HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG091263
CARLOS MURILO LAREDO SOUZA - AM007356
ANDRADE GC ADVOGADOS
MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO - AM014300
RECORRIDO : Y DE C R - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRIDO : T R DE M (MENOR)
RECORRIDO : ALDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ REGO DA SILVA E OUTRO(S) - AM005955

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 965):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo de lei ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (art. 1.029, § 1º, CPC/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

Na sequência foram rejeitados os embargos de declaração opostos (fls. 1.033/1.038).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.044/1.054) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que "os Ministros

Julgadores ao analisarem os termos do Agravo em Recurso Especial, Agravo Interno e Embargos Declaratórios interpostos deixaram de analisar as razões recursais corretamente expostas, para, genericamente, ao fim, negar conhecimento ao Agravo em Recurso Especial, pelo que, via de consequência, negou admissibilidade ao Recurso Especial; negar provimento ao Agravo Interno e rejeitar os Embargos de Declaração, o que se demonstra como evidente negativa de prestação jurisdicional, ou seja, restou inequivocamente afrontado aos termos do art. 93, IX da CF" (fl. 1.052).

As contrarrazões não foram apresentadas (fls. 1.080).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

As agravantes não trouxeram nenhum argumento capaz de afastar os termos da decisão agravada, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos (e-STJ fls. 938/943):

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial por causa da

aplicação da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 684/686).

O acórdão do TJAM traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 493):

E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA E ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADAS. HOVE ANÚNCIO DE ADOÇÃO DA SISTEMÁTICA DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEM QUALQUER IMPUGNAÇÃO DA PARTES. NÃO HÁ ILEGITIMIDADE QUANDO É POSSÍVEL CARACTERIZAR AS PARTES ENQUANTO CONSUMIDORES POR EQUIPARAÇÃO. VÍCIO OCULTO EM PRODUTO DURÁVEL. APLICAÇÃO DO ART. 26, §3º DO CDC. O PRAZO DECADENCIAL PARA RECLAMAR O VÍCIO SÓ COMEÇA A FLUIR A PARTIR DA EFETIVA CONSTATAÇÃO DO VÍCIO. NÃO SE DEVE CONFUNDIR GARANTIA CONTRATUAL COM O PRAZO INSTITUÍDO LEGALMENTE PARA A RECLAMAÇÃO DE VÍCIOS DO PRODUTO. DEFEITOS EM BEM IMÓVEL QUE IMPORTARAM EM PREJUÍZOS MATERIAIS AOS AUTORES E NA CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO APARTAMENTO. CONDENAÇÃO EXCESSIVA. NECESSIDADE DE REDUÇÃO DOS VALORES ARBITRADOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 532/535).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 538/567), interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, as recorrentes apontaram dissídio jurisprudencial, visto que o mero aborrecimento não justificaria a indenização por danos morais deferida à parte recorrida.

Indicaram dissenso interpretativo e violação do art. 355, I, do CPC/2015, argumentando existir cerceamento de defesa, porque o julgamento antecipado da lide – sem a sua prévia intimação para a especificação das provas pretendidas – as teriam impedido de produzir a prova pericial, o que seria necessário para demonstrar a ausência dos vícios construtivos do imóvel, que ensejaram sua responsabilização por indenizar danos materiais e morais aos recorridos.

Sustentaram divergência interpretativa e violação dos arts. 320 e 373, I, do CPC/2015, pois seria indevido condená-las a pagar indenização por danos materiais, devido à presunção dos prejuízos experimentados pela parte recorrida, uma vez que inexistiria a comprovação "nos autos nexos causal entre a conduta das recorrentes e o dano que os recorridos alegam ter sofrido" (e-STJ fl. 554).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 680/683).

No agravo (e-STJ fls. 844/862), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

É o relatório.

Decido.

Do alegado dissídio jurisprudencial

Com relação aos pedidos de afastamento das indenizações por danos materiais e morais, e sobre a tese de cerceamento de defesa por

julgamento antecipado da lide, impõe-se ressaltar que o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015).

Segundo assente na jurisprudência das Turmas da Segunda Seção desta Corte Superior, "nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC/1973 e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requerida comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações" (AgInt no REsp n. 1.444.474/MG, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 28/9/2017).

Na mesma linha: AgRg no AREsp n. 304.921/MT, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 14/12/2016, e AgInt nos EDcl no REsp n. 1.648.982/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017.

De tais ônus as recorrentes não se desincumbiram, pois se limitaram a transcrever as ementas dos julgados a partir dos quais defenderam a divergência de entendimento jurisprudencial sobre o tema debatido. Dessa forma, não bastando tal providência para comprovar o dissídio alegado, é inviável conhecer do recurso no ponto.

Além disso, parte recorrente não indicou os dispositivos legais supostamente objeto de interpretação divergente quanto ao pedido de afastamento da indenização por danos morais.

Referida providência é indispensável ao recurso especial, mesmo quando interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. Ausente tal requisito, a fundamentação recursal mostra-se deficiente e torna inviável o conhecimento do recurso, ante o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Sobre o tema:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO.

1. Três foram os motivos para o não conhecimento do recurso especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional: a) inexistência de dissídio notório em torno do quantum indenizatório fixado em razão dos danos morais; b) simples transcrição de ementas não serve para comprovar divergência; c) não indicação do dispositivo legal para configuração do dissídio jurisprudencial.

2. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados, é imprescindível a indicação do dispositivo de lei tido por violado quer recurso tenha sido

interposto pela alínea 'a' ou pela 'c' do permissivo constitucional. 'Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea 'c' do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios *jura novit curia* e *da mihi factum dabo tibi ius*, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial.' (AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 18/12/2013, DJe 17/03/2014.).

3. Ademais, é firme a orientação no sentido de que 'a existência de fundamento não impugnado suficiente para manter o acórdão recorrido implica o reconhecimento da ausência de utilidade dos embargos de divergência' (AgRg nos EREsp 1.151.603/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/11/2014, DJe 11/12/2014).

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EAREsp n. 75.689/RJ, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/6/2015, DJe 4/8/2015.)

Ainda nesse sentido: AgInt no AREsp n. 280.380/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/10/2016, DJe 17/10/2016, e AgInt no REsp n. 1.631.631/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/3/2017, DJe 31/3/2017.

Inviável, portanto, o conhecimento do alegado dissídio jurisprudencial, no ponto.

Do alegado cerceamento de defesa, por julgamento antecipado da lide

O Tribunal *a quo* afastou o alegado cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, tendo em vista que (e-STJ fls. 496/498):

Os Apelantes argumentam, em sede preliminar, que a sentença prolatada nos autos é nula, uma vez que não houve a regular intimação das partes para a especificação das provas que pretendiam produzir. Nos termos de suas argumentações, tratando-se de alegações de vícios construtivos, evidente que, para a procedência dos pleitos autorais, necessária seria criteriosa apuração, inclusive por meio de perícia, como forma de atestar a existência das irregularidades apontadas pelos Apelados.

É dizer: em havendo necessário enfrentamento das questões de fato, a não intimação das partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir durante a instrução probatória, constitui-se em nulidade processual insanável.

Apenas por meio de prova pericial específica, seria possível aferir a origem dos vícios construtivos do imóvel em questão, não sendo medida de justiça que a condenação se baseie em fotografias e estudos unilateralmente apresentados.

Contudo, ao analisar detidamente os autos, entendo não haver qualquer nulidade no provimento recorrido a ensejar a necessidade de nova instrução probatória. Conforme a decisão de fls. 372, o juízo *a quo*

entendeu que a matéria debatida deveria comportar julgamento antecipado na forma do art. 330, I do CPC/73, considerando dispunha de provas documentais suficientes para garantir a aplicação da referida técnica de julgamento. De tal forma, oportunizou-se, em tal momento, os eventuais questionamentos quanto à conduta processual adotada pelo magistrado, notadamente a partir da interposição do recurso cabível contra a espécie de decisão que anunciou o julgamento abreviado.

Trata-se, em verdade, de decisão diretamente relacionada ao mérito da causa, proferida após a fase de saneamento do processo, em que o magistrado reconhece a desnecessidade de produção de mais provas em audiência de instrução e julgamento (provas orais, perícia e inspeção judicial). O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, dizia o caput do art. 330 do CPC/73.

Revela-se como técnica de abreviamento do processo. É manifestação do princípio da adaptabilidade do processo, pois o magistrado, diante das peculiaridades da causa, encurta o procedimento, dispensando a realização de toda uma fase do processo.

Um nota deve caracterizar a escolha do magistrado em aplicar tal sistema de julgamento: em função da normatividade do princípio da cooperação – que no Código de 2015 é responsável por uma verdadeira revolução conceitual e estrutural –, impõe-se a comunicação às partes a intenção de abreviar o procedimento, julgando antecipadamente a lide. Essa intimação prévia revela-se de vital importância para a legitimidade do processo, atuando de forma profilática: a) evitava uma decisão-surpresa, que abruptamente encerre o procedimento, frustrando as expectativas da parte na continuidade do julgamento; b) se a parte não concordasse com essa decisão, deveria interpor agravo (em função do conteúdo da decisão, seria o agravo retido, nos termos dos art. 522 e 523 do CPC/73) – se não fizer, não poderá, posteriormente, alegar o cerceamento de defesa, pela restrição que se fez ao seu direito à prova, em razão da produção de efeitos da preclusão consumativa.

É em tal aspecto que se afasta a circunstância preliminar levantada pelo recorrente. Não há qualquer nulidade na sentença, uma vez que, nos termos da decisão de fls. 372 e posteriores intimações de fls. 373, as partes foram devidamente comunicadas pelo Juízo de sua intenção em abreviar o procedimento e julgar antecipadamente a lide. Conforme informado na certidão de fls. 379, o prazo para qualquer manifestação em relação à decisão transcorreu sem qualquer manifestação das partes.

Portanto, garantiu-se a oportunidade de as partes enfrentarem a indicação do magistrado pela necessidade de julgamento antecipado da lide, não caracterizando qualquer nulidade da sentença por ausência de intimação para a especificação das provas a serem produzidas. Se o magistrado convoca os autos para julgamento antecipado, é porque entende provados os fatos alegados. Entende, enfim, que não há necessidade de prova. Portanto, a concordância com a decisão – configurada a partir da não interposição do recurso cabível – faz incidir os efeitos da preclusão consumativa.

(...)

Portanto, resta afastada a preliminar de nulidade da sentença por suposta ausência de intimação para a especificação das provas a serem

produzidas, considerando que houve regular anúncio da adoção da sistemática de julgamento antecipado da lide, em relação ao qual as partes foram devidamente intimadas e não apresentaram qualquer irresignação, importando em preclusão quanto a possibilidade de fazê-lo em sede de apelação.

As recorrentes não se manifestaram quanto à preclusão consumativa reconhecida no acórdão impugnado em tal ponto, limitando-se a arguir a existência de cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, segundo o art. 355, I, do CPC/2015, que teria sido violado.

Assim, não estando impugnado fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, aplicável a Súmula n. 283/STF como óbice ao recurso.

Ademais, dissentir das conclusões do acórdão impugnado para acolher a tese de insuficiência probatória, conforme sustentado pelas recorrentes na insurgência recursal, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ. A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REANÁLISE DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de julgamento antecipado da lide, considerando desnecessária a realização de novo exame de DNA, tendo em vista a falta de comprovação de qualquer irregularidade ou vício no exame realizado extrajudicialmente. Alterar tal conclusão demandaria nova análise dos elementos fáticos, inviável em recurso especial.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.152.898/PR, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 23/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, PARÁGRAFO 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REEXAME DE PROVAS.

(...)

2. Rever a conclusão do aresto impugnado quanto à inexistência de cerceamento de defesa encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7

do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.068.815/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 25/8/2017.)

Do pedido de afastamento da indenização por danos materiais

O Tribunal *a quo*, soberano na análise do processo cognitivo dos autos, condenou as empresas ao pagamento de danos materiais aos recorridos, nos seguintes termos (e-STJ fls. 503/504):

Após o enfrentamento das questões relacionadas à configuração da responsabilidade das Apelantes no que diz respeito à constatação dos vícios no imóvel, importa analisar as condenações ao pagamento dos valores a título de danos morais e materiais que, de plano, apresentam-se excessivamente arbitradas.

Nos termos dispostos na sentença atacada, houve a condenação das empresas Requeridas, ora Apelantes, pelo vício oculto descrito, devendo arcar com os seguintes valores: a) pagamento de valor a título de danos materiais, referentes aos bens danificados ou perdidos em razão do incidente, inclusive no que se refere às despesas com hospedagem, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); b) pagamento de danos morais no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada um dos três requerentes, totalizando o valor de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), contando-se sobre esse valor juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir do sinistro ocorrido em 30.03.2015 e atualização monetária a partir do arbitramento; c) pagamento das custas processuais; e d) pagamento de honorários sucumbenciais fixados em 20% do valor da condenação.

Início a presente análise a partir da caracterização dos danos materiais. Como o próprio nome diz, atingem os bens integrantes do patrimônio da vítima, entendendo-se como tal o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa apreciáveis economicamente. Trata-se da efetiva perda no patrimônio da vítima.

No caso dos presentes autos, entendo não haver comprovação objetiva de que houve perdas patrimoniais que correspondam exatamente ao valor arbitrado pelo juízo de primeiro grau. Conforme se extrai dos documentos de fls. 154 e 193, há a informação de cumprimento das obrigações de fazer deferidas em sede de tutela antecipada (decisão de fls. 146/148), efetivando a tutela específica consistente nos reparos básicos na estrutura do apartamento, danificada a partir do sinistro ocorrido.

Portanto, em relação a eventuais danos na estrutura do imóvel, efetivou-se a tutela específica em detrimento da tutela ressarcitória, o que realiza a preferência do próprio sistema processual (aplicação do art. 461 do CPC/73, reproduzido do art. 497 do CPC/15).

No mais, assenta-se como premissa básica da condenação em danos materiais a existência de elementos probatórios que evidenciem, de forma específica, a quantificação da efetiva perda ou, ainda, os valores de eventuais lucros cessantes. Não há a possibilidade de aferir a quantidade

de danos materiais – danos emergentes, notadamente – por estimativa, como pretendem os Apelados.

Da análise dos autos, comprova-se apenas danos no valor de R\$ 5.344,48 (cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referentes aos recibos juntados às fls. 98/102, em que há a indicação de necessidade de troca dos armários e dos gastos durante os dias em que os Apelantes estiveram impossibilitados de continuar no apartamento. Havendo prova apenas de tais danos, impõe-se a reforma da sentença e limitação da condenação a tais valores.

Constata-se, portanto, que a Corte local não se manifestou quanto ao art. 320 do CPC/2015. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida e ante a falta de aclaratórios, a matéria contida em tal dispositivo carece de prequestionamento e sofre, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Além disso, dissentir das conclusões do aresto impugnado, para excluir o dever da empresa de indenizar danos materiais aos recorridos, pelas razões sustentadas no especial, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Em relação ao dano moral, a parte recorrente deixou de indicar, nas razões do especial, o dispositivo de lei objeto de interpretação divergente.

Ademais, não foi demonstrada a similitude fática entre os acórdãos confrontados, pois no acórdão recorrido reconheceu-se que os fatos causaram "não apenas um aborrecimento, mas, sim, real transtorno psicológico aos Apelados" (e-STJ fl. 504), circunstância fática não reconhecida no acórdão paradigma.

Assim, não prosperam as alegações constantes no recurso, incapazes de alterar os fundamentos da decisão impugnada.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente